

Minas Gerais reafirma compromisso com o Tratado da Mata Atlântica em reunião do Cosud na COP 28

Seg 04 dezembro

Representantes do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) se reuniram com empresas atuantes no mercado de carbono voluntário, nesta segunda-feira (4/12), na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 28), realizada nos Emirados Árabes.

O vice-governador, Professor Mateus, expôs as diretrizes do Estado para os convidados da mesa “Qual o papel dos Estados para a ambição climática brasileira sob o foco das soluções baseadas em mercados de carbono regulado e voluntário?”, da Associação Internacional de Comércio de Emissões (Ieta - na sigla em inglês).

Esta organização sem fins lucrativos representa empresas comprometidas com soluções inteligentes envolvendo o mercado de carbono, com o objetivo de cumprir as metas do Acordo de Paris e neutralizar emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050.

Ao analisar o panorama da missão de redução de carbono, o vice-governador assegurou “o compromisso firmado pelo Cosud em outubro que prevê o replantio de 100 milhões de árvores de Mata Atlântica para recompor mais de 90 mil hectares de mata natural”, em alusão ao Tratado da Mata Atlântica, que pretende formar corredores verdes para a recuperação da fauna e da flora.

Mercado de carbono

O mercado de carbono é um sistema de precificação que estabelece limites para as emissões de gases de efeito estufa e permite que empresas, governos e organizações comprem e vendam créditos de carbono. Cada crédito representa uma tonelada de carbono equivalente que deixa de ser emitida para a atmosfera, provenientes de iniciativas que visam diversas formas de reduções, captura ou conservação.

Diferentemente dos mercados regulados, no mercado voluntário, também abordado na reunião da COP 28, a motivação que subsidia os compromissos climáticos é a sinalização dos clientes, consumidores e investidores.

Assim, empresas, instituições ou pessoas físicas, não sujeitas a um sistema de comércio de emissões (ETS) ou taxação de carbono, buscam reduzir suas emissões ou abatê-las, a fim de atingirem metas voluntárias de neutralidade ou de responsabilidade corporativa, por meio do ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança).

Em Minas

Esta não será a primeira vez que o [Governo de Minas](#) trabalha junto à Ieta. Em agosto deste ano, em parceria com a associação e com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

(Fiemg), a [Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável \(Semad\)](#) promoveu o workshop “Mercados de carbono: caminhos para impulsionar soluções climáticas baseadas em mecanismos de mercado em Minas Gerais”.

O evento reuniu setores público e privado, além de atores nacionais e internacionais, para um debate sobre o potencial dos mercados de carbono, no intuito de identificar soluções que auxiliassem o governo no desenvolvimento de uma política que impulse reduções de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e projetos de créditos de carbono no estado.

Busca-se potencializar a participação do setor privado tanto na geração de benefícios socioambientais quanto na busca pela neutralidade de emissões estaduais até 2050.

Por meio das ações de recomposição da vegetação, seja no plantio de árvores nativas, da implementação de sistemas agroflorestais ou de plantios mistos de espécies nativas com exóticas, além dos benefícios frente às emissões de gases de efeito estufa, as áreas verdes também contribuem com a preservação da biodiversidade e com a produção de alimentos.

Cosud

O Consórcio de Integração Sul e Sudeste foi criado em 2019, durante encontro organizado pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema, com os demais chefes do Executivo das duas regiões, em Belo Horizonte. Desde então, os governadores discutem pautas estratégicas para o desenvolvimento dos estados.

Com atuação conjunta, o propósito é que demandas comuns possam ser encaminhadas de forma ainda mais consolidada para obter soluções mais ágeis nos pleitos feitos à União.

Na nona edição do Cosud, realizada em outubro em São Paulo, foi criado o "Tratado da Mata Atlântica", uma das maiores medidas já adotadas pelo consórcio em meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O tratado prevê o compromisso dos estados na restauração de 90 mil hectares do bioma até 2026 e o acordo de plantar 100 milhões de mudas nativas. O aumento da reserva florestal é um importante passo para a descarbonização do planeta.